



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PROJETO BÁSICO Nº 13/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE**

**1-INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, Inciso IX, 7º § 2º e 9º da Lei nº 8.666/93 e artigo 3º, Inciso I da Lei nº 10.520/2002, elaboramos o presente Projeto Básico, cujo objeto é a aquisição de bens consumíveis.

**2 - OBJETO**

Aquisição de MATERIAL sintético em forma de placas para proteção de mesas e balcões utilizadas para atendimento ao público, com intuito de evitar o contágio e a propagação de vírus e outros agentes contagiosos.

O material solicitado deverá ser entregue no Tribunal Regional Eleitoral de RO, situado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP: 76805-901-Porto Velho, mediante prévio agendamento.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTDE
1	Placas de material sintético em Semiplástico com 60cm de altura, 70 cm de largura e 3mm de espessura, acompanhados dos itens necessários à Fixação segura nas mesas e balcões a serem utilizados.	150 peças

**3 - JUSTIFICATIVA**

Necessidade de proteção dos servidores que fazem atendimento ao público, na Secretária do Tribunal e nas Zonas Eleitorais, bem como de servidores cujas mesas encontram-se dispostas com distância inferior a 2 metros entre servidores, conforme dispõe o Parecer Técnico da SAMES, evento [0575935](#).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **4 - DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

A aquisição pretendida atende ao **OBJETIVO ESTRATÉGICO "GARANTIR A INFRAESTRUTURA FÍSICA APROPRIADA ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS"** descrito no Planejamento Estratégico.

### **5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

5.1 Considerando as regras previstas no art. 5º da IN nº 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, esta seção não exigiu referidos critérios para todos os itens desta contratação, pois trata, primeiramente, de regra facultativa, entendimento extraído do próprio texto de lei. Vale destacar, também, que a matéria ainda não foi regulamentada no âmbito deste Tribunal.

5.2 De acordo com o artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7.7.2017. Essa comissão está tratando justamente dos estudos para implementação de critérios de sustentabilidade nas contratações, o que não impede a sua adoção, quando aplicável.

### **6 - DO VALOR**

6.1 O valor da aquisição é de **R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais)**.

<b>EMPRESA</b>	<b>COTAÇÃO DE PREÇOS (evento)</b>	<b>REGULARIDADE FISCAL (evento)</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
CASA DE PLACAS LTDA	<a href="#">0623559</a>	<a href="#">0623938</a>	R\$ 15.000,00
GRÁFICA DESIGN			Não apresentou proposta

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

MAIS FACIL SERVICO DE COMUNICACAO VISUAL LTDA	<a href="#">0623567</a>	<a href="#">0623941</a>	R\$ 31.500,00
GRAFTECH	<a href="#">0623558</a>	<a href="#">0623935</a>	Não especifico u o material adequado, em diligência junto à empresa que informou não possuir material conforme foi solicitado.
MM GRÁFICA			Não apresento u proposta
GRAFICA IMEDIATA			Não apresento u proposta
CERTISIGN	<a href="#">0623565</a>	<a href="#">0623939</a>	R\$ 22.750,00
GRÁFICA NOVA PORTO VELHO			Não apresento u proposta

**6.2 Dos valores de Referência**

Como se verifica, a empresa **Casa de Placas LTDA-ME** sagrou-se vencedora, apresentando a melhor proposta.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

## **7 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):	Eleições
AGREGADOR:	Manutenção Geral
DESPESA AGREGADA:	ADICIONAL DE MATERIAIS PARA SERVIÇOS AUXILIARES
PLANO INTERNO:	FUN MATA X
VALOR:	<b>R\$ 15.000,00</b>

A contratação pretendida não foi prevista no Plano Anual de Contratações 2020, devido necessidade vir posterior a elaboração do PAC – no decorrer do exercício corrente – em face da Epidemia do COVID-19, fez-se necessário a contratação como medida preventiva e sanitária excepcional para resguardar a saúde pública de todos os servidores e colaboradores que atuam no atendimento ao público na Justiça Eleitoral de Rondônia.

## **8 - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO (Art. 24, II, da Lei n. 8.666/93)**

Pelo valor total da aquisição e considerando o disposto no art. 24, II e IV, da Lei 8.666/93 entende-se, s.m.j, que a contratação pretendida pode ser feita de forma direta, por **dispensa de licitação**, já que o valor está abaixo do teto legal.

## **9 – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

De acordo com o item 3.1 da Cotação de Preços nº 08/2020-SLC, foi exigido das cotantes apresentarem certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, junto à Fazenda Nacional, Seguridade Social, FGTS, Justiça do Trabalho.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Empresa:</b> GRAFTECH Evento: <a href="#">0623935</a> (possui pendências no SICAF e no Governo do Estado)  <b>Irregular</b>	<b>Empresa:</b> MAIS FÁCIL Evento: <a href="#">0623941</a> (aparenta ter ressalvas na SEMFAZ)  <b>Irregular</b>	<b>Empresa:</b> CENTERSIGN Evento: <a href="#">0623939</a> (Constam débitos do Governo do Estado)  <b>Irregular</b>	<b>Empresa:</b> C PLACAS LT  Evento: <a href="#">0623939</a>  <b>Regular</b>
--	---	---	---

## **10 - REQUISITOS DE VALIDADE DA PROPOSTA**

I - Validade: 60 (sessenta) dias;

II - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Cotação de Preços.

## **11 - DA CONTRATAÇÃO**

11.1 O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

11.2 Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

11.3 As normas referentes à entrega, prazos, obrigações, sanções, pagamentos e outras são as constantes na Cotação de Preços nº 08/2020-/SLC ([0620405](#), [0620407](#)), que é parte integrante deste Projeto Básico, independentemente de transcrição.

11.4 Além disso, a contratação será regida pela Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal e pela legislação pertinente, especialmente a Lei 8.666/93.

## **12 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A gestão e fiscalização será de competência do Coordenador da COEDE , ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

### **13 - DOS ANEXOS**

São anexos ao presente instrumento:

<b>Proposta: GRAFTECH</b>  <b>Certidões:</b>  Evento: <a href="#">0623935</a> Cotação de Preços Evento: <a href="#">0623558</a>	<b>Proposta: Casa de Placas</b>  <b>Certidões:</b>  Evento: <a href="#">0623938</a> Cotação de Preços Evento: <a href="#">0623559</a>	<b>Proposta: Centersign do Brasil Comércio, Importação e Exportação LTDA-EPP</b>  <b>Certidões</b> Evento <a href="#">0623939</a> Cotação de Preços Evento <a href="#">0623565</a>	<b>Mais Fácil Comunicar Eireli-MI</b>  <b>Certidões</b> Evento: <a href="#">0623935</a> Cotação de Preços Evento: <a href="#">0623558</a>
---	---	---	--



Documento assinado eletronicamente por **TÂNIA ROZIMAR ALVES, Técnico Judiciário**, em 20/11/2020, às 11:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002768-36.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE)

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação – Projeto Básico - Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de placas de material sintético para proteção contra o contágio do vírus COVID-19, de mesas e balcões que são utilizados para atendimento ao público. - Análise.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PARECER JURÍDICO Nº 268 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de procedimento administrativo instaurado por solicitação da Seção de Assistência Médica e Social (SAMES) e demandada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE), objetivando a aquisição de 150 (cento e cinquenta) placas de material sintético para proteção contra o contágio do vírus COVID-19, de mesas e balcões que são utilizados para atendimento ao público, através do fornecimento de empresa especializada, para atender unidades da Justiça Eleitoral em Rondônia, com entrega no endereço de funcionamento da Sede do Tribunal, na Av. Presidente Dutra, nº 1889, Bairro Baixa União, Porto Velho/RO, conforme informações na Solicitação de Contratação (0589137) e Estudo Técnico Preliminar para Dispensas de Licitação ([0606041](#)).

**02.** O Projeto Básico nº 13, última versão juntada aos autos no evento [0626228](#), relata sobre o objeto da contratação, justificativa, valor, condições de habilitação, da contratação, gestão e fiscalização. A Cotação de Preços foi realizada entre empresas do ramo no mercado local ([0623558](#), [0623559](#), [0623560](#), [0623563](#), [0623565](#), [0623566](#) e [0623567](#)) e os documentos de habilitação das empresas Casa das Placas, GRAFTECH, CASA DAS PLACAS, CENTERSIGN e MAIS FÁCIL ([0623935](#), [0623938](#), [0623939](#) e [0623935](#), respectivamente). Reunido os dados necessários em relação à cotação de preços, a SLC sintetizou na Informação n. 80/2020 – PRE/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0623944](#)).

**03.** No Despacho nº 2162/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0624640](#)), o titular da SAOFC – Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, direciona os autos à COMAP para a análise do Termo de Referência, à COFC para programação orçamentária, à SECONT para elaborar minuta de termo contratual, e, por último, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico, com vistas ao retorno dos autos ao Gabinete da SAOFC para a devida manifestação e prosseguimento do feito.

**04.** Na Informação nº 348/2020 – PRES/DG/SAOFC/COFC ([0624695](#)), a COFC informou já haver Programação Orçamentária nos autos destinada ao objeto da pretendida contratação, juntada no evento SPOF [0614033](#).

**05.** Recebidos os autos, a COMAP, tomando por base o disposto no art. 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e no art. 17, V, da Instrução



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Normativa TRE-RO n. 004/2008, avaliou os critérios essenciais à sua regularidade, concluindo ao final pela consonância do instrumento com as normas gerais de contratações estabelecidas pela legislação vigente, consoante a Análise de Termo de Referência/Projeto Básico nº 155/2020 ([0626810](#)).

**06.** Constam também da instrução dos autos e-mail da COEDE dando ciência do Projeto Básico 13 a vencedora do certame ([0625407](#)), e-mail com a ciência aos termos contidos no PB ([0625624](#)), certidão do FGTS atualizada ([0626106](#)).

**07.** Ressalta-se que o contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

**08.** Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica acerca da modalidade licitatória a ser adotada. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**09.** A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

**10.** Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

I - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (sem grifo no original)

**11.** Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, “a”, da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelece o valor de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais).

**12.** No caso em tela, o valor da aquisição pretendido é de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), conforme demonstrado no Projeto Básico 13 ([0626228](#)) e na Cotação de Preço realizada ([0623944](#)). Assim, está dentro do limite legal acima apresentado. Portanto, a contratação



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

**13.** A contratação originou-se dos procedimentos de prevenção contra o vírus COVID-19, seria mais uma forma de contribuir para a proteção e mitigação da disseminação e contágio do vírus, como a pandemia chegou após a aprovação do PAC 2020, a contratação não foi prevista. Consta nos autos o suporte orçamentário para a despesa ([0614033](#)).

**14.** Na linha de pacífico entendimento desta Administração, o raciocínio acerca do fracionamento irregular do objeto não é meramente matemático, demanda a análise do caso concreto. Assim, verifica-se que não há falha evidente de planejamento ou que se pretenda buscar a contratação direta dos serviços para subtrair a operação da modalidade competitiva exigida pela lei de Licitações.

**15.** Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

**16.** A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade**.

**17.** No vertente caso, foram obtidas no mercado local 04 (quatro) cotações de preços ([0623935](#), [0623938](#), [0623939](#) e [0623941](#)) - ofertadas por empresas interessadas no certame, mas 03 (três) aptas a contratar com o setor público - o que vai ao encontro do que assentou o Tribunal de Contas da União (TCU) nos **Acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 – Plenário**. Veja-se:

*Contratação de serviços por dispensa de licitação: 1 - Pesquisa de preços com pelo menos três cotações válidas*

Denúncia formulada ao TCU indicou irregularidades na realização de coleta de preços, no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet. A primeira das irregularidades seria a existência de vícios na condução, autorização e homologação de pesquisa de preços nos exercícios de 2004 e 2008. A esse respeito, a unidade técnica expôs que “Essa Corte de Contas vem defendendo, de forma reiterada, que a consulta de preços junto ao mercado, nos casos de dispensa de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitação, deve contemplar, ao menos, três propostas válidas...”. O relator, acolhendo a manifestação da unidade técnica, votou pela procedência da denúncia e expedição de determinação à Codesa no sentido de que, “faça constar dos processos de contratação direta, inclusive por meio de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados por empresas do ramo, com identificação do servidor responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência deste Tribunal”. O Plenário, por unanimidade, acompanhou o voto do relator. Precedentes citados: Acórdãos nº 1.545/2003-1ª Câmara – Relação nº 49/2003; nº 222/2004-1ª Câmara e nº 2.975/2004-1ª Câmara. Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010. (sem grifo no original)

### ***Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS***

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010. (sem grifo no original)

**18.** Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa **CASA DE PLACAS LTDA. - CNPJ nº 07.617.529/0001-06**, no valor de **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93 estão preenchidos.

**19.** Um ponto importante em relação à cotação de preços são os requisitos formais atribuídos ao procedimento, um deles diz respeito a identificação do servidor responsável pela consulta. No caso em análise, e em homenagem ao princípio do formalismo moderado, nada a opor em relação aos formulários sem assinatura do servidor, mas encaminhados ao



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitante por e-mail identificado. Vejamos Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 1 - Pesquisa de preços com pelo menos três cotações válidas. Denúncia formulada ao TCU indicou irregularidades na realização de coleta de preços, no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet. A primeira das irregularidades seria a existência de vícios na condução, autorização e homologação de pesquisa de preços nos exercícios de 2004 e 2008. A esse respeito, a unidade técnica expôs que “Essa Corte de Contas vem defendendo, de forma reiterada, que a consulta de preços junto ao mercado, nos casos de dispensa de licitação, deve contemplar, ao menos, três propostas válidas...”. O relator, acolhendo a manifestação da unidade técnica, votou pela procedência da denúncia e expedição de determinação à Codesa no sentido de que, “faça constar dos processos de contratação direta, inclusive por meio de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados por empresas do ramo, **com identificação do servidor responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência deste Tribunal**”. O Plenário, por unanimidade, acompanhou o voto do relator. Precedentes citados: Acórdãos nº 1.545/2003-1ª Câmara – Relação nº 49/2003; nº 222/2004-1ª Câmara e nº 2.975/2004-1ª Câmara.

**20. A demonstração da situação de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente também é necessária. Veja-se:**

### **Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS**

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (sem grifo no original)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**21.** No caso ventilado, a empresa que ofertou melhor proposta apresentou sua regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados no evento [0623938](#). Assim, este requisito está sendo observado pela Administração, no entanto as certidões devem ser atualizadas antes de efetivada a contratação, se necessário.

**22.** Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa **CASA DE PLACAS LTDA. - CNPJ nº 07.617.529/0001-06**, a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

**23.** De outro lado, o Projeto Básico 13 ([0626228](#)), complementado pela Cotação de preços, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual pode ser apresentado a autoridade competente para sua aprovação, se assim entender.

### **III – CONCLUSÃO**

**24.** Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta com a empresa **CASA DE PLACAS LTDA. - CNPJ nº 07.617.529/0001-06**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993; e

b) pela apresentação do PB juntado aos autos ([0626228](#)) à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

**25. Reprise-se** que o contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

**26.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que legalmente não compete pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 26/11/2020, às 17:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002768-36.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de placas de material sintético para proteção contra o contágio do vírus COVID-19, de mesas e balcões que são utilizados para atendimento ao público – dispensa de licitação.

**DESPACHO Nº 1976 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Assistência Médica e Social (SAMES) e demandada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE), objetivando a aquisição de 150 (cento e cinquenta) placas de material sintético para proteção contra o contágio do Coronavírus, de mesas e balcões que são utilizados para atendimento ao público, através do fornecimento de empresa especializada, para atender unidades da Justiça Eleitoral em Rondônia.

Inicialmente, a COEDE juntou o Estudo Técnico Preliminar ([0606041](#)) e o Projeto Básico n. 6/2020-COEDE ([0606044](#)), que dimensionou o valor total da contratação em **R\$ 17.693,12 (dezessete mil seiscentos e noventa e três reais e doze centavos)** para o exercício de 2020, descreveu o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da aquisição, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, possibilidade de aquisição direta, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

Na sequência, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou o feito, concomitantemente, à



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

COMAP, para análise do Projeto Básico; à COFC, para programação orçamentária; e à AJDG, para emissão de parecer jurídico ([0606908](#)).

Em cumprimento ao Despacho 1832/2020 ([0606908](#)), a COMAP, analisou e concluiu pela regularidade do Projeto Básico, complementado pela proposta da empresa CASA DE PLACAS LTDA, CNPJ: 07.617.529/0001-06 ([0607687](#)).

De acordo com a Informação n. 254/2020 da COFC (evento [0612731](#)), o objeto da contratação enquadra-se como material de consumo, conforme orientações advindas da SECONTA/TSE (0612730). Por esse motivo, os autos foram devolvidos à unidade solicitante, para ajuste do Projeto Básico ([0606044](#)) e indicação de fonte no planejamento orçamentário para custeio dessa aquisição.

Em atendimento à informação da COFC, a COEDE juntou o Projeto Básico n. 7/2020-COEDE (0613659).

A COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0614033](#)) no valor de R\$ 17.693,12 (dezessete mil seiscentos e noventa e três reais e doze centavos), com a informação do Pré-Empenho 2020PE000371. Ao final, registrou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível, orçamentária e financeiramente, com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).

Todavia, ao tomar ciência do PB a contratada informou que houve aumento no valor do material, não sendo possível manter a proposta anterior no valor de **R\$ 17.693,12** (dezessete mil seiscentos e noventa e três reais e doze centavos) - evento [0617111](#).

Em razão disso, a COEDE informou ([0617692](#)) que verificou a possibilidade de padronização do tamanho das placas, permitindo-se a melhor distribuição dos materiais, redução dos custos de produção e flexibilização dos ambientes instalados. Nesse sentido, foi juntado aos autos novo **PROJETO BÁSICO Nº 13/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE** ([0626228](#)) visando a efetiva aquisição de placas de acrílico, no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais).

Carreou-se aos autos, também, novas cotações de preços obtidas no mercado local, apresentadas pelas empresas GRAFTCH, CNPJ 84.578.855/0001-94 ([0623558](#)); CASA DE PLACAS LTDA, CNPJ 07.617.529/0001-06 ([0623559](#)); GRÁFICA DESIGN ([0623560](#)); GRÁFICA IMEDIATA ([0623563](#)); CENTERSIGN, CNPJ



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15.316.814/0001-07 ([0623565](#)); GRÁFICA NOVA PORTO VELHO, CNPJ 63.772.685/0001-04 ([0623566](#)); e MAIS FÁCIL COMUNICAÇÃO VISUAL, CNPJ 26.134.390/0001-86 ([0623567](#)).

A COMAP concluiu pela regularidade do Projeto Básico, complementado pela proposta da empresa CASA DE PLACAS LTDA, CNPJ 07.617.529/0001-06 (evento [0623559](#)), por estar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93, pela contratação direta, com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei n. 8.666/93, e manifestou-se pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0626810](#)).

Por meio do Parecer Jurídico n. 268/2020 ([0630935](#)) a AJDG opinou pela viabilidade de contratação direta com a empresa CASA DE PLACAS LTDA, CNPJ 07.617.529/0001-06, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993 e pela aprovação do Projeto Básico n. 13/2020-COEDE ([0626228](#)). Ao final, ressaltou que o contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa e manifestou-se pela autorização da despesa; pela aprovação do Estudo Técnico Preliminar ([0606041](#)) e do Projeto Básico n. 13/2020-COEDE ([0626228](#)); pela contratação direta da empresa CASA DE PLACAS LTDA, inscrita no CNPJ n. 07.617.529/0001-06, por dispensa de licitação, desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação com fulcro no [Inc. II do art. 24 da Lei n. 8.666/93](#) ([0631050](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor da demanda não supera o limite legal permitido no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, no Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018 e da Lei 14.065/2020, de 30 de setembro de 2020.

Pelos elementos que se encontram nos autos, verifica-se que restam devidamente justificados os preços a serem contratados, uma vez que a cotação de preços juntada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis à todas às contratações diretas, nos termos previstos no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nº 8.666/93**.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Além disso, acordo com informação constante do Estudo Técnico Preliminar ([0606041](#)), essa aquisição não foi incluída no Plano Anual de Contratação (PAC), tendo em vista que a demanda surgiu após a elaboração do referido Plano, com a chegada da pandemia do novo CoronaVírus-COVID-19. Portanto, consoante bem observado pela AJDG, verifica-se que não há falha evidente de planejamento ou que se pretenda buscar a contratação direta dos serviços para subtrair a operação da modalidade competitiva exigida pela lei de Licitações. Em razão disso, resta demonstrado que a presente aquisição não caracteriza fracionamento irregular de despesa.

Há justificativa para a contratação pretendida, considerando a necessidade de proteção dos servidores que fazem atendimento ao público, na Secretária do Tribunal e nas Zonas Eleitorais, bem como de servidores cujas mesas encontram-se dispostas com distância inferior a 2 metros entre servidores, conforme dispõe o Parecer Técnico da SAMES, evento [0575935](#).

Assim, das informações extraídas dos presentes autos, verifica-se que a empresa CASA DE PLACAS LTDA, inscrita no CNPJ n. 07.617.529/0001-06 ([0623559](#)) ofertou o menor preço dentre as cotações válidas para a aquisição em comento, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Pelo exposto e com base nos documentos e informações constantes dos autos e nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta Diretoria-Geral:

- 1 - aprova o Estudo Técnico Preliminar ([0606041](#)) e o Projeto Básico n. 13/2020-PRES/DG/SGP/COEDE ([0626228](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso [IX do art. 6º c/c §9º do inciso I do art. 7º da Lei nº 8.666/93](#);**
- 2 - autoriza a despesa, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93;**
- 3 - adjudica o objeto à empresa CASA DE PLACAS LTDA, CNPJ 07.617.529/0001-06, por ter apresentado o menor preço e, autoriza a emissão de Nota de Empenho em favor da referida empresa, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), condicionada à regularidade fiscal da empresa; e**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**4 - Determina a publicação da dispensa apenas no Diário de Justiça Eletrônico (DJE),** em respeito ao princípio da publicidade, uma vez que o valor da contratação situa-se abaixo dos patamares da dispensa legal, com fulcro no **[Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#)**.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 10/12/2020, às 18:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.